



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO

REQUERIMENTO Nº DE 2024

(Da Sra. Erika Kokay)

Apresentação: 18/03/2024 13:45:13.700 - CTRAB

REQ n.13/2024

Requer a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 7936, de 2017, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Organizadores e Gestores de Eventos e correlatos e dá outras providências.

Senhor Presidente,

Nos termos dos Art. 117, Inciso VIII, 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Colegiado dessa Comissão, a realização de audiência pública a fim discutir o Projeto de Lei nº 7936, de 2017, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Organizadores e Gestores de Eventos e correlatos e dá outras providências.

Para a referida Audiência Pública, propomos a participação dos (as) seguintes convidados (as):

1. DORENI CARAMORI JUNIOR – Associação Brasileira dos Promotores de Eventos - ABRAPE;
2. JÚLIO BATISTA – Associação Brasileira dos Promotores de Eventos - ABRAPE;
3. PAULO PASSOS – Associação Brasileira de Cenografia e Estandes - ABRACE;
4. HELOISA SANTANA – Associação de Marketing Promocional - AMPRO;
5. SÉRGIO JUNQUEIRA ARANTES – Academia Brasileira de eventos e Turismo;
6. FÁTIMA FACURI – Associação Brasileira de Empresas de Eventos - ABEOC;
7. RICARDO DIAS – Associação Brasileira de Eventos-Eventos Corporativos, Eventos Sociais e Lives - ABRAFESTA;
8. JEAN LIMA – Associação Nacional dos Profissionais de produção de Eventos - ANPPE
9. ANDRÉA LÖFGREN - Associação Nacional dos Profissionais de produção de Eventos - ANPPE



* CD 242866718200*
exEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS

10. MARLUCE MELO - Vice-presidente da Associação Nacional dos Profissionais de Produção de Eventos - ANPPE

JUSTIFICAÇÃO

A promoção de eventos está intrinsecamente ligada à realização de congressos, eventos culturais e esportivos, simpósios, feiras de negócios, shows, festas e espetáculos em geral. Essas atividades exigem um elevado nível de organização, bem como um profundo conhecimento e respeito pelas diversas normas reguladoras em diferentes áreas.

No entanto, essa atividade ainda carece de uma regulamentação específica voltada para o exercício profissional. A implementação de uma legislação adequada pode contribuir significativamente para combater a informalidade no setor e garantir a efetivação de direitos básicos, ao mesmo tempo que expande as oportunidades de trabalho e fortalece as relações comerciais através de mecanismos sistemáticos de avaliação dos resultados.

Diante do exposto, torna-se imprescindível a realização de uma audiência para discutir esse assunto, contando com a participação de representantes do setor. Portanto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em de março de 2024.

Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF

